



1

VILA DO SOURE: O BERÇO DA PRÁTICA DO TERMALISMO NA BAHIA OITOCENTISTA

1. INTRODUÇÃO

O uso terapêutico das águas termo-minerais já é conhecido desde a antiguidade. No século XIX, na região nordeste da então província da Bahia, a nascente conhecida por Mãe D'Água do Sipó, localizadas na margem direita do Rio Itapicuru, território da Vila do Soure, despertou a atenção do governo da província e de terapeutas com formação acadêmica. À época, as populações ribeirinhas faziam uso desses recursos naturais, que por cerca de 60 km afloram em diversas fontes situadas às margens do Rio Itapicuru. (BAHIA, 2007. p. 23; SANTOS NETO, 2013. p. 81).

Por sua vez, “termalismo” ou “balneoterapia” são termos utilizados para designar o uso de banhos com água termo-mineral no tratamento de doenças. Dentre as termas mais antigas do mundo estão as fontes de Tiberíades, em Israel. Em Portugal, segundo Correia (1999), em 1484, a rainha D. Leonor de Avis (1458-1525), determinou a fundação do Hospital das Caldas que “Destinava-se principalmente a tratamento de diversas doenças que se sabia beneficiarem com as águas sulfurosas, utilizando-se os banhos [...]” (CORREIA, 1999. p. 480).

No Brasil colonial, foi Bartolomeu Bueno da Silva Filho (1672-1740), em 1722, quem informou a descoberta de uma fonte de água termal, localizada na capitania de Goiás. Por sua vez na Bahia, em 1730, através de carta endereçada ao vice-rei do Brasil, o padre Antônio Monteiro Freire, que possuía uma sesmária “até a estrada da Baixa Grande que vem da Aldeia da Natuba até Água Fria”, deu ciência sobre as águas termais de fontes às margens do rio Itapicuru. Entretanto, no Brasil, à oficialização do uso das águas termo-minerais com fins terapêuticos, aconteceu em 1818, mediante decreto assinado por Dom João VI (1767-1826). (CARVALHO, 2008. p. 24; FREIRE, 1998. p. 123; HELLMANN; DRAGO, 2007. p. 312).

Na Bahia oitocentista, foi por um profissional vinculado ao governo da província, nascido e residente na vila de Nossa Senhora da Conceição do Soure, atual cidade de Nova Soure, quem começou a prática do termalismo de acordo com a orientação médica. Situada na região nordeste da Bahia, a vila se originou a partir das ações de padres da Companhia de Jesus e outros colonos portugueses, que desde o início do século XVII, seguindo o curso do



2

Rio Itapicuru e seus afluentes, entre os quais o Riacho Natuba, adentraram pelo interior da capitania.

2. ALDEIA DA NATUBA: A ORIGEM DA VILA DO SOURE

Diferentes trabalhos historiográficos, entre os quais o clássico “*A História da Casa da Torre*”, da autoria de Pedro Calmon (1902-1985), registram que o grande desbravador e proprietário de terras na então capitania da Bahia, foi o português Garcia de Souza D’Ávila (1528-1609), fundador da Casa da Torre, dono de terras da Bahia até o Piauí. Esse colonizador português, que chegou a Bahia acompanhado Tomé de Souza (1503-1579), fundou o mais extenso latifúndio do Brasil colonial, importou gado *vacum* da Índia para o Brasil, e difundiu a pecuária bovina pelos sertões do Nordeste. (BITTENCOURT, 1983. p. 23; FREIRE, 1988. p. 21).

No nordeste baiano setecentista, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito (1627 – 1692), que de acordo com Erivaldo Fagundes Neves (2011), fundou a Casa da Ponte, competia com os herdeiros de Garcia D’Ávila, possuía terras do Rio Inhambupe até o Rio Itapicuru. Ademais, segundo Godofredo Filho (2004), datado de 1612, a declaração de bens de Antônio Guedes de Brito demonstra que esse colonizador lusitano, também era possuidor de sesmarias na região nordeste da Bahia, e uma tinha por fronteira com os descendentes de Garcia de Souza D’Ávila, exatamente o Riacho Natuba. (FREIRE, 1988. p. 28; FIGUEIREDO FILHO, 2004, p. 27; NEVES, 2011. p. 254).

Possuo as fazendas dos Tocois por hum título de sesmaria dada a minha mãe Maria Guedes, ao Padre Manoel Guedes Lobo, a Sebastiana de Brito, a Ana Guedes, em 14 de dezembro de 1612, pelo governador d. Diogo de Menezes. E o dito Padre meu Thio me fez doação do que lhe tocava, em 9 de setembro de 1651. E o Cap. Francisco Barboza de Paiva, marido da minha thia Sebastiana de Brito, fizeram venda a meu Pay do que lhe pertencia na dita data em 16 de julho de 1652, as quais terras povoei, descobrindo-as, fazendo estradas e pazes com os índios Cariocas Orizes, Sapoyas e Caparaus, descendo Aldeias para as mesmas terras, com qual se segurarão as fronteiras do Inhambupe e Natuba... (FIGUEIREDO FILHO, 2004, p. 27).

Quanto a religiosos, a presença de padres jesuítas nos sertões banhados pelo Rio Itapicuru, onde já atuavam pelo menos há três décadas, voltou a acontecer em 1666, ano no qual os padres João de Barros (1639-1691) e Jacob Roland (1638-1684), deslocaram-se do litoral em direção ao oeste dos sertões baiano. Esses inacianos, que eram contrários a “arregimentação e descimento” dos indígenas para os aldeamentos do litoral, juntamente com o coronel Francisco Gil D’Araújo, foram os responsáveis pela fundação da Aldeia de Nossa



Senhora da Conceição da Natuba, situada nas proximidades do Riacho Natuba, que no dialeto kipéa significa fonte que não seca. (DANTAS, 2007. p. 258; POMPA, 2003. p.322; SANTOS, 2017. p. 5, 7, 24).

Referente à data de fundação da aldeia, de acordo com José Gomes Ribeiro, o evento aconteceu no ano de 1674. Por sua vez, quanto ao dia da fundação, tomando-se por referência o orago da nova povoação, a Aldeia da Natuba foi instituída no dia 25 de março, uma vez que, em Portugal, desde 1646, por provisão do rei D. João IV (1604-1656), Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi elevada a condição de padroeira do reino e de todas as colônias ultramarinas. Naquela época, era habitual o uso de nomes de santos da Igreja para denominar descobertas, a exemplo do Rio São Francisco, descoberto no dia 4 de outubro, Dia de São Francisco, e a Baía de Todos os Santos, descoberta no dia 1 de novembro, Dia de Todos os Santos (BNRJ, 1759. Doc: 7).

Na Aldeia da Natuba, posteriormente à fundação, residiram inúmeros padres da Companhia de Jesus a exemplo de João Mateus Falletto (1648-1730), Antônio Maria Bonucci (1651-1729) e Antônio de Andrade (1700-1732), que foi professor de Filosofia e Teologia reitor do Colégio dos Jesuítas da Bahia, tornou-se um árduo defensor da demarcação das terras da Aldeia da Natuba e, inclusive, em 13 de novembro de 1716, encaminhou representação ao rei de Portugal, D. João V.

Diz Antônio de Andrade da companhia [...] procurador da Província do Brasil, que a Missão e Aldeia da Natuba nos Certões da Bahia onde ele estava alguns anos tem perto de oitocentas almas, e compõem se de cinco Aldeotas, que ali se ajuntarão quando não havia moradores ou outros vizinhos. Talvez porque não lhe assignarão, nem demarcarão logo de terras na forma que ordena a Provisão Real [...] forão se ocupando as terras vizinhas com fazendas de gados, de tal sorte que já não tem desse nem hum palmo de terra, antes está cercada e oprimida com três fazendas de gados, huma que não dista de la mais que hum tiro de mosquete e as duas não mais que meio quarto de legoas.. (AHU, 1716. CX. 11. DOC. 917).

Além disso, o padre Antônio de Andrade foi responsável pela construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição, edificada com o apoio do procurador geral da Companhia de Jesus, padre Antonio Cardoso. Até falecer na Natuba, dia 13 de janeiro de 1732, o padre Antônio de Andrade lutou sem sucesso pela demarcação das terras dos índios. Por certo, um daqueles que se opuseram resistência à demarcação foi o Capitão Gaspar Carvalho da Cunha que, em 1717, um ano depois do requerimento de demarcação das terras feito pelo padre



4

Antônio de Andrade, tornou-se proprietário das terras que circundavam a Aldeia Natuba. (AHU, 1725. CX. 21 DOC. 72; GALVÃO, 1990. p. 2).

Nascido em Canedo, Portugal, o capitão Gaspar Carvalho da Cunha, filho de Francisco Carvalho do Passo e Maria Sobrinha, em leilão na Praça da Bahia, arrematou as terras nas quais ficava a Fazenda Bananeira, onde fica a nascente o Riacho Natuba, que após receber as águas do Riacho do Saco, desagua no Rio Itapicuru. Ao falecer, o Capitão Gaspar Carvalho da Cunha deixou viúva Thereza de Oliveira Lima, que se tornou proprietária das Fazenda Bananeira, ao sul da aldeia; Lagoa Funda, a oeste e distando uma légua; e a Fazenda do Saco, ao norte. Ademais, um dos bisnetos de Gaspar Carvalho da Cunha, batizado como o nome de Ignácio Moreira do Passo, em 1840, formar-se-ia pela Faculdade de Medicina da Bahia. (FREIRE, 1998. p. 167; REPOSITÓRIO HISTÓRICO, 2020).

3. A FUNDAÇÃO DA VILA DO SOURE

Na metrópole portuguesa, em 1758, religiosos da Companhia de Jesus foram acusados pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), da participação no atentado contra o rei D. José I (1714-1777). Em seguida, por força de provisão régia, a Ordem Jesuíta foi expulsa das colônias ultramarinas portuguesas. Em decorrência da expulsão dos inacianos, aconteceram desdobramentos nos campos eclesiásticos e político-administrativos: as aldeias administradas pelos padres jesuítas foram elevadas à condição de vilas, e as igrejas dessas aldeias foram elevadas à condição de sedes de freguesias. (GALDEANO, 2013. p. 9).

Por conseguinte, na Bahia, em 8 de maio de 1758, a Arquidiocese Primaz do Brasil, instituiu a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Soure e o bacharel José Gomes Ribeiro, juiz de fora da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 22 de dezembro de 1758, foi nomeado para formalizar a instalação da vila. Para tal, no cumprimento da missão, logo no início do ano de 1759, Gomes Ribeiro viajou para a nova vila, que em razão da provisão de 3 de fevereiro passou a ser denominada Nossa Senhora da Conceição do Soure, sendo instalada no dia 10 de março de 1759. (ACAS, 1877. p. 80; BAHIA 2007. p. 449; IBGE, 2020; SANTOS, 2007. p. 119; VIANA, 1893. p. 552).



Ademais, além de instalar o Senado da Câmara e dar autonomia administrativa à nova vila, José Gomes Ribeiro fez a descrição do povoado, da gente, da flora e da fauna local. Seis décadas depois, documentos oficiais oferecem a oportunidade para conhecer alguns dos agentes públicos da Vila do Soure. Em duas dessas fontes, datadas de 22 de fevereiro e 7 de março de 1822, portanto antes da declaração de independência do Brasil, encontram-se as assinaturas de Valentim da Silva Mattos, juiz de fora que presidia o Senado da Câmara; Florêncio de Almeida Soares, procurador; e dos vereadores Domingos dos Santos, João Rodrigues e José Gomes (APEB, 1822; BNRJ, 1759. DOC. 7, 2, 13).

4. A VILA DO SOURE NO PERÍODO IMPERIAL

Proclamada a independência do Brasil por D. Pedro I (1798-1834), e terminada a Guerra da Independência da Bahia, em 2 de julho de 1823, D. Pedro I, em 25 de março de 1824, promulga a primeira Constituição do Império. Quatro anos depois, em 1º de outubro de 1828, é promulgada a Lei do Regimento das Câmaras Municipais, conhecida como a Lei dos Municípios, segundo a qual caberia às Câmaras de Vereadores a administração das vilas e cidades brasileiras. Em seguida, foram promulgadas leis que delimitaram o território dos municípios. Segundo Felisberto Freire (1998), o território da Vila do Soure passou a ter os seguintes limites:

começará na fazenda Bury inclusive, aquém do rio Itapicurú, seguindo por esse abaixo até à barra do Carrapatinho e subindo pelo riacho deste nome, compreendendo em busca de suas margens até a fazenda Paraíso, donde seguirá pela estrada velha até o Topo da Catinga que dirige para Inambupe, até o lugar denominado D. Maria (sem compreender as fazenda Mocambo, Contendas e todas as mais situadas ao nascente da estrada, que ficam conservadas à Villa do Itapicurú) e desta procurando a estrada que segue sempre para a fazenda Alagoinhas inclusive, compreendendo as fazendas Baixa Grande, e Tanque, voltando ao Bury, onde fechará. (FREIRE, 1988. p. 228).

Por sua vez, Francisco Vicente Viana (1893), que foi diretor do Arquivo Público da Bahia, faz a seguinte descrição sobre a vila, inclusive do território do município:

Soure – está distante seis quilômetros da margem direita do Itapicurú. É composta de casas térreas, caiadas, não envidraçadas, formando sete ruas e uma praça onde se acha a matriz de Nossa Senhora da Conceição, única da villa a excessão da capellinha do cemitério, e um barracão em que se realizam as feiras aos sábados. Sua casa do conselho acha-se na rua de baixo. A villa possui duas escolas. Os habitantes do município ocupam-se com a lavoura do fumo, canna, arroz, milho e feijão e com a criação de gado vacum, lanígero, suíno, caprino, etc. [...] É neste município que acham-se as celebres caldas do Sipó, muito procuradas pelos doentes de pelle, estomago e fígado. (VIANA, 1893. p. 552).



6

Quanto ao termalismo, na Bahia oitocentista, o interesse pelo tema foi despertado no presidente da província da Bahia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos (1788-1884), ao tomar conhecimento do estudo “*Memória sobre as águas naturais da Bahia*” da autoria de José Lino dos Santos Coutinho (1784-1836). Médico, professor, deputado e ministro do Império, Lino Coutinho foi também primeiro diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. (OLIVEIRA, 1992. p. 380; SANTOS NETO, 2013. p. 81).

Posteriormente, em 1843, o mesmo presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, nomeou uma comissão para estudos das águas termais das fontes situadas às margens do Rio Itapicuru. Essa comissão era formada pelos médicos Eduardo Ferreira França (1809-1857) e Ignácio Moreira do Passo, e pelo farmacêutico Manoel Rodrigues da Silva. Segundo Genésio Salles, no relatório da comissão foi registrado:

Pelas margens do rio Itapicurú, em uma extensão de 11 leguas, se acham colocadas irregularmente as vertentes das águas minerais, que mais ou menos se avizinham de sua borda; apresentam uma temperatura superior à do ambiente [...] as águas são consideradas como pertencentes à classe dos minerais salinos e termais e assinaladas como tônicas e excitantes de efeitos purgativo, quando aplicadas internamente. [...] nas doenças crônicas do tubo digestivo, paralisias longas, reumatismos rebeldes, doenças escrofulosas e rachíticas e em muitas doenças nervosas; na maior parte dos casos em que a economia animal padece de atonia; na dyspepsia, leucorrhéa, chloreses [...] também tem produzido grandes efeitos na cura de moléstias da pele. (BAHIA, 1923. p. 323).

No estudo, foram coletadas amostras das águas das fontes situadas nos territórios das vilas de Itapicuru e do Soure. Na margem esquerda do rio, território da Vila de Itapicuru, ficavam as nascentes da Fervente e Missão. Por sua vez, na margem direita, território da Vila do Soure, ficava a nascente da fonte Mãe D’Água de Sipó. Em seguida na conclusão dos trabalhos da comissão, em 22 de julho de 1843, Dr. Ignácio Moreira do Passo foi nomeado médico diretor das Águas Termais do Itapicuru. Nesse mesmo ano, com recursos do orçamento da província, Dr. Ignácio Moreira foi encarregado da construção de uma casa de banhos no povoado de Mãe D’Água de Sipó que, concluída em 1847, passou a ser conhecida por Casa da Nação. (CARVALHO, 2008. p. 24; REIS, 2013. p. 53).

Nascido na Vila do Soure, onde faleceu em 1887, Ignácio Moreira do Passo, no batismo, recebeu o sobrenome do trisavô paterno, Francisco Carvalho do Passo. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1840, defendeu a tese doutoral “*A syphilis é uma*



enfermidade contagiosa e específica”. Proprietário da Fazenda Brejo Grande, que ficava a cerca de dez quilômetros da sede da Vila do Soure, Ignácio Moreira do Passo prestava assistência aos doentes que procuravam tratamento nas águas termais das fontes das vilas de Itapicuru e Soure, além de atuar na aplicação da vacina contra a varíola. (BRITTO, 2002. p. 238; PASSO, 1840. p. 3).

Por cerca de três décadas, Ignácio Moreira do Passo atendeu pacientes e recomendou terapias com o uso das águas termo-medicinais. Além disso, anualmente, encaminhou relatório de suas atividades ao presidente da província da Bahia, até 1874, quando se aposentou. Em decorrência, para ocupar o posto de diretor das Águas Termais do Itapicuru e continuar as práticas terapêuticas que norteavam os tratamentos médicos fundamentados no termalismo, o governo da província da Bahia nomeou outro médico nascido na Vila do Soure. Tratava-se de um aparentado do Dr. Ignácio Moreira do Passo, o Dr. Gaspar Carvalho da Cunha, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1869, quando fez a defesa da tese doutoral intitulada “*Causas da febre typhica e sua natureza*”. (BRITTO, 2002. p. 238; CUNHA, 1869. p. 3).

5. A VILA DO SOURE NA REPÚBLICA

A seca assolava o sertão da Bahia à época do advento da República do Brasil, em 1889. Na Vila do Soure, cuja Câmara de Vereadores tinha por intendente o capitão Francisco Barreto Dantas, aliado de Cícero Dantas Martins (1838-1903), barão de Jeremoabo, em 1893, recebeu a visita de Antônio Vicente Maciel (1830-1897), o Conselheiro. Na vila, embora sem maior envolvimento, o beato fez parte dos protestos realizados entre os dias 10 e 24 de abril. Nos protestos, os comerciantes revoltados se posicionavam contra o pagamento de impostos, e num dos eventos, destruíram as tabuletas que exibiam os valores dos impostos. (DANTAS, 2007. p. 416; SAMPAIO, 1999. p. 37).

O movimento foi sufocado por enérgica repressão da força policial, e o juiz Reginaldo Alves de Melo acatou as denúncias contra José Honorato de Souza Neto e os irmãos Antônio José de Santana - conhecido pelo nome de Antônio Tuá - Luís José de Santana e Genuíno José de Santana, além de outros dez revoltosos. Sem qualquer condenação, Antônio Vicente Maciel e seus seguidores tomaram o rumo da Estrada Real da Natuba em direção da Fazenda



Buri, que pertenceu a Gaspar Antônio dos Reis. Em seguida, atravessaram o Rio Itapicuru, no local denominado Passagem, e continuaram a caminhada que os levaria a Canudos. (DANTAS, 2007. p. 418; REIS, 2013. p. 20; SAMPAIO, 1999. p. 37).

Quanto aos banhos nas nascentes Mãe D'Água de Sipó, o povoado continuava a atrair a atenção da população e de homens com formação acadêmica. Entre eles, Genésio Salles Filho (1885-1966), formado pela Faculdade de Medicina da Bahia na turma de 1909, oportunidade na qual defendeu a tese doutoral *Fibromyomas do utero e as Laparohysterectomias supravaginaes*. Esse médico, em 1923, saindo de Salvador e passando pela Vila do Soure, com a ajuda de ex-intendente José Honorato, chegou a Cipó, que desde 3 de janeiro de 1898, por ato da Câmara da Vila do Soure, foi elevado à condição de distrito da vila. (IBGE, 2020; SALLES FILHO, 1909. p. 5; SALLES FILHO, 1923. p. 381).

Por sua vez, em 1923, Adriano de Azevedo Pondé (1901-1987), para se formar e obter o título de doutor, pela Faculdade de Medicina da Bahia, apresentou a tese intitulada “Contribuição para o estudo das Águas minero – medicinais do Itapicuru. De acordo com José Antônio de Almeida Souza, que foi aluno do Professor Adriano Pondé:

[...] o estudo começava com a definição do conceito de águas minerais, fala das propriedades físicas das águas, considerando coloração, limpidez, fluorescência, índice de refração, cheiro e sabor [...]. Além disso, dosou os componentes químicos e fez a análise bacteriológica, na tentativa de provar, farmacodinamicamente, porque as águas citadas faziam bem aos Seres Humanos. [...] A ação sobre a diurese, também. Ademais, fez considerações sobre o efeito no aparelho digestivo e relatos de casos de desensibilização anafilática após o uso das águas de Caldas de Cipó. (TEIXEIRA; MATOS; OLIVEIRA, 2001, p. 79).

Além desses, o povoado também recebeu a visita de Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937). Na visita, o engenheiro, geógrafo e escritor fez um conjunto de fotografias que registrou a situação do balneário, inclusive das casas de banho cobertas de palha. Nessas casas, segundo Francisco Dantas de Cerqueira (1922-2012), que à época morava no povoado, em caixões de madeira com água termal, os banhistas e doentes em tratamento, permaneciam parcialmente imersos, por um tempo previamente determinado.

Entretanto, foi Genésio Salles o grande empreendedor em prol do desenvolvimento da estância hidromineral em Cipó, até então distrito da Vila do Soure. Motivado pelas viagens que realizou ao balneário, quando registrava o tratamento de pacientes, escreveu artigos sobre as águas termo-minerais do balneário. Por fim, em 1928, participou e ganhou a concorrência



9

de concessão do governo da Bahia para explorar as águas termais do povoado de Cipó. A partir desse ano, em sociedade com o irmão Américo Salles, Genésio Salles mobilizou forças políticas e econômicas dos governos, objetivando apoio ao projeto de modernização das instalações do já centenário balneário. (BRITTO, p. 240; SANTOS NETO, 2013. p. 85).

6. CONCLUSÃO

A colonização das terras banhadas pelo Rio Itapicuru foi começada desde o início do século XVII. Partindo da linha norte de povoamento litorâneo, perpendicularmente, religiosos e colonos, a exemplo de Garcia de Souza D'Ávila e Antônio Guedes de Brito, adentraram os sertões da Bahia. No nordeste baiano, um dos limites das terras desses dois empreendedores lusitanos foi o Riacho Natuba, afluente do Rio Itapicuru, próximo do qual, religiosos da Companhia de Jesus e donos de sesmarias, aldearam indígenas da nação kiriri e fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Natuba.

Expulsos os padres jesuítas do Brasil, a Aldeia da Natuba foi erigida em vila com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Soure e, mediante definição legal, passou a ter a nascente de Mãe D'Água de Sipó. Posteriormente, nos meados do século XIX, essa fonte de águas termo-minerais ao receber investimentos do orçamento do governo da província da Bahia, tornou-se balneário das práticas terapêuticas fundamentadas no termalismo e na medicina. Além disso, nesse balneário, dois médicos também nascidos na Vila do Soure, Ignácio Moreira do Passo e Gaspar Carvalho da Cunha, prestaram relevantes serviços aos pacientes da região.

Ao final, conclui-se que a Vila do Soure foi o berço do termalismo médico na Bahia oitocentista. Além disso, com base nos princípios científicos vigentes à época, marcados pelo final da transição da teoria humoral em direção à teoria anatomoclínica, Dr. Ignácio Moreira do Passo deixou um significativo legado sobre o termalismo médico na Bahia oitocentista.

7. REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - APEB. *APB. Maço 1444*. Câmara de Soure, 1822.



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. *Doc.* 54. Lisboa, 1716. Cx. 11, D. 917

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. *Doc.* 72. Lisboa, 1725. Cx. 24, D. 2182

ARQUIVO DA CÚRIA DA ARQUIDIOCESE DE SALVADOR – ACAS-. **Livro de Registro de Freguesias**. Salvador, 1877.

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Bahia, 2007. Edição Especial do centenário da Independência Política do Brasil na Bahia (1823-1923). Versão digitalizada.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO - BNRJ. *BNRJ, Doc.* 7, 2,13. Rio de Janeiro, 1759.

BITTENCOURT, P. C. M. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. 3ª ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

IBGE. Nova Soure. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-soure/historico>. Acesso em 12 out. 2020

BRITTO, A. C. N. **A Medicina Baiana nas Brumas do Passado**. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

CARVALHO, A. M. P. D. 2008. **O velho Itapicuru. A história de um passado de glórias**. Edição comemorativa 280 anos. GRAF COLOR Gráfica e Editora: Salvador, 2008.

CORREIA, F. S. **Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas**. Livros Horizonte: Lisboa, 1999.

CUNHA, G, C. **Causas da febre typhica e sua natureza**. Tese doutoral. Bahia: Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), 1869.

DANTAS, M. D. **Fronteiras movediças: a Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.

FIGUEREDO FILHO, G. R. **Dimensão histórica da visita do Imperador a Feira de Santana**. Fundação Senhor dos Passos: 2004.

FREIRE, F. **História Territorial do Brazil. 1º Vol**. Secretaria da Cultura e Turismo / Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

GALDEANO, C. **Dois períodos de uma mesma história, num mesmo Espírito. Documentos para a História da companhia de Jesus: Supressão e Restauração**. São Paulo: Núcleo de Comunicação Integrada – Brasil Centro Leste Frederico Zarnauskas, 2013.



- GALVÃO, R. A. **As novas e Gloriosas Missões dos Quiriris e Rodelas** (manuscrito). Feira de Santana: 1990.
- HELLMANN, F; DRAGO, L. C. **Termalismo e crenoterapia: potencialidades e desafios para a saúde coletiva no Brasil**. J Manag Prim Heal Care. 2017; 8(2): 309-321.
- NEVES, E. F. **Sertões da Bahia. Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Arcádia, 2011.
- OLIVEIRA, E. S. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia. Concernente ao ano de 1942**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.
- POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupis e “Tapuias” no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.
- REPOSITÓRIO HISTÓRICO. Disponível em:
<https://repositoriohistorico.pt/fso/view?id=27256>. Acesso em 12 de out. 2020.
- PASSO, I. M. **A syphilis é uma enfermidade contagiosa e específica**. 1840. Tese Doutoral. Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1840.
- REIS, V. A. **Cipó. A pérola barroca do sertão baiano**. São Paulo: Grupo Editorial Scortecci, 2013.
- SALLES FILHO, G. S. **Fibromyomas do utero e as Laparohysterectomias supravaginaes**. Tese doutoral. Faculdade de Medicina da Bahia, Bahia, 1909.
- SALLES FILHO, G. S.. **Impressões de uma viagem a Caldas de Cipó: Estudo clínico de suas águas**. Gazeta Médica da Bahia. v. 54, n. 3. p. 319-335, Set. 1923..
- SAMPAIO, C. N. **Canudos: cartas para o Barão**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SANTOS, F. L. **Aldeamentos Jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII**. Revista de História, São Paulo, n. 156. p. 107-126, 2007.
- SANTOS, A. L. M. **“Trato da perpétua tormenta”:** A conversão nos sertões de dentro e os escritos de Luigi Vicenzo Mamiani dela Rovere sobre os Kiriris (1666-1699). 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade do Vale do rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- SANTOS NETO, E. F. O. **Estância Hidromineral de Cipó**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- TEIXEIRA, A. G. F; MATOS, A. M. O; OLIVEIRA, G. B. (org.) **Adriano Pondé: homenagem dos seus ex-alunos no centenário do seu nascimento**. Salvador: Eufba, 2001.



VIANA, F. V. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.